

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP

Uly Tavares d'Ávila

Inteligência Artificial no Direito: os impactos da IA em escritórios de advocacia

Trabalho de Conclusão de Curso

São Paulo
2024

Ully Tavares d'Ávila

Inteligência Artificial no Direito: os impactos da IA em escritórios de advocacia

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de graduada em Direito, sob a orientação do Professor, Doutor Marcelo Nunes Guedes.

São Paulo

2024

ERRATA

D'ÁVILA, Uly Tavares. **Inteligência Artificial no Direito: Impactos da IA em escritórios de advocacia.** 24. Trabalho de Conclusão de Curso, Direito – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 30 de abril de 2024.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais e meu irmão por todo o apoio e incentivo recebido durante todos esses anos, meu muito obrigado. Este trabalho é dedicado a vocês.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, pelo amor, paciência e por acreditarem em mim mesma nos momentos em que eu não acreditava. Não teria chegado até aqui sem vocês.

Ao meu irmão, por ser meu companheiro em todas as fases da vida, por me incentivar a continuar nos momentos de dificuldade e, principalmente, pelos conselhos e frases de efeito.

Ao meu orientador, Prof. Dr. Marcelo Guedes, que com sua sabedoria e orientação valiosa, me guiou na elaboração deste trabalho.

Aos meus colegas de faculdade, que compartilharam essa jornada comigo. Aprendemos e crescemos juntos, apoiando uns aos outros em todos os momentos.

E aos meus amigos, pela compreensão, suporte e por estarem ao meu lado nos momentos em que precisei de um incentivo ou de uma pausa. Sou muito grata por ter todos vocês na minha vida.

“A primeira regra de qualquer tecnologia utilizada em um negócio é que a automação aplicada a uma operação eficiente aumentará a eficiência. A segunda é que a automação aplicada a uma operação ineficiente vai ampliar a ineficiência”

Bill Gates

RESUMO

D'ÁVILA, Ulyly Tavares. **Inteligência Artificial no Direito: impactos da IA em escritórios de advocacia**

A inteligência artificial (IA) tem sido cada vez mais vista como uma ferramenta revolucionária em diversas profissões, incluindo a advocacia. Este estudo tem como objetivo investigar os impactos significativos que a IA pode trazer para os escritórios de advocacia, não apenas em termos de operacionalidade e eficiência, mas também considerando aspectos financeiros e a percepção de sofisticação e modernidade por clientes e concorrentes.

Este trabalho propõe uma metodologia mista, integrando análise bibliográfica para a fundamentação teórica, entrevistas com profissionais para insights práticos, e estudos de caso para observação empírica. A abordagem quantitativa avaliará dados estatísticos de adoção da IA, enquanto a qualitativa explorará as percepções dos advogados sobre a tecnologia.

No dia a dia do advogado, as aplicações de IA podem ser vastas e transformadoras. A análise automatizada de documentos, por exemplo, pode significativamente acelerar a revisão de grandes volumes de informações, permitindo que advogados se concentrem em tarefas mais estratégicas. Da mesma forma, a IA pode aprimorar a pesquisa de jurisprudência, filtrando rapidamente relevantes precedentes legais, o que é essencial para a construção de argumentos sólidos e embasados. Além disso, a elaboração de minutas de contratos e outros documentos legais pode ser agilizada com o uso de modelos de IA, que aprendem com exemplos anteriores e adaptam-se às necessidades específicas de cada caso. Por fim, a consolidação de teses de defesa também pode ser beneficiada, com sistemas de IA capazes de sugerir abordagens e defesas baseadas em uma vasta análise de casos anteriores e doutrina existente.

Ao examinar essas hipóteses de aplicação, este trabalho busca não apenas entender como a IA pode otimizar a prática jurídica, mas também preparar os profissionais e escritórios para uma transição suave e eficaz para a era digital, garantindo que a tecnologia seja usada de forma ética e eficiente, maximizando seus benefícios, enquanto minimiza potenciais desafios e riscos.

Palavras-chave: tecnologia; prática jurídica; inovação;

ABSTRACT

D'ÁVILA, Uly Tavares. **Artificial Intelligence Applied to the Law: the impacts of AI inside law firms.**

Artificial intelligence (AI) has increasingly been seen as a revolutionary tool in various professions, including law. This study aims to investigate the significant impacts that AI can bring to law firms, not only in terms of operationality and efficiency, but also considering financial aspects and the perception of sophistication and modernity by clients and competitors.

This work proposes a mixed methodology, integrating bibliographic analysis for theoretical foundation, interviews with professionals for practical insights, and case studies for empirical observation. The quantitative approach will evaluate statistical data on the adoption of AI, while the qualitative approach will explore lawyers' perceptions of the technology.

In the daily routine of a lawyer, the applications of AI can be vast and transformative. For example, automated document analysis can significantly speed up the review of large volumes of information, allowing lawyers to focus on more strategic tasks. Similarly, AI can enhance jurisprudence research by quickly filtering relevant legal precedents, which is essential for building solid and well-founded arguments. Additionally, the drafting of contract templates and other legal documents can be expedited using AI models, which learn from previous examples and adapt to the specific needs of each case. Finally, the consolidation of defense theses can also benefit, with AI systems capable of suggesting approaches and defenses based on a vast analysis of previous cases and existing doctrine.

By examining these application hypotheses, this work seeks not only to understand how AI can optimize legal practice but also to prepare professionals and offices for a smooth and effective transition to the digital era, ensuring that technology is used ethically and efficiently, maximizing its benefits while minimizing potential challenges and risks.

Keywords: technology; law practice; innovation

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	ASPECTOS HISTÓRICOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL	13
3	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA	15
4	INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS: FUNCIONAMENTO, TIPOS, TREINAMENTO E APLICAÇÕES DA IA GENERATIVA EM ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA	19
4.1	COMO FUNCIONAM AS INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAS E OS DIFERENTES TIPOS DE IA	19
4.2	INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA – GENAI	20
4.3	GENAI NO ÂMBITO JURÍDICO	21
4.4	TREINAMENTO DAS IA GENERATIVAS	22
4.5	TREINAMENTO EM IA E OS CLIENTES	24
5	PONTOS DE ATENÇÃO NO USO DA IA	26
5.1	RELATÓRIO DO USO DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL EM DIVERSOS MODELOS DE NEGÓCIOS	26
5.2	VANTAGENS DO USO DA IA	27
6	APLICAÇÕES DA IA NO CONTENCIOSO CÍVEL: UMA ANÁLISE DETALHADA DE ALGUMAS OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS	29
6.1	ENTREVISTA COM LEONARDO TOCO – MACHADO MEYER	29
6.2	EXPERIÊNCIA PESSOAL DA AUTORA	30
6.3	O USO DE IA EM ESCRITÓRIOS DE PEQUENO PORTE	32
6.4	INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS JÁ IMPLEMENTADAS NOS TRIBUNAIS	33
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS – O HORIZONTE DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO: ALGUMAS PROJEÇÕES E PERSPECTIVAS	35
8	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	38

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo pretende explorar alguns aspectos dos potenciais impactos e oportunidades associados à inteligência artificial na esfera jurídica aplicados ao caso específico das atividades de Contencioso Cível em um renomado escritório de advocacia. Esta delimitação decorre da experiência prática da Autora, acumulada durante seu estágio nessa mesma instituição, permitindo uma investigação focada nas atividades cotidianas em que a IA pode ser inserida. A escolha específica por um escritório e uma atividade não comprometerá as inferências genéricas sobre o assunto, na medida em que características muito específicas do escritório serão desconsideradas. Tal escolha metodológica que mistura aspectos teóricos e práticos não apenas enriquece o trabalho com vivências concretas, mas também orienta o olhar analítico para as nuances e especificidades das demandas do Contencioso Cível, visando uma compreensão mais profunda dos impactos tecnológicos no setor.

Este estudo pode beneficiar clientes, garantindo serviços jurídicos mais ágeis e precisos, ao mesmo tempo que pode elevar a satisfação dos funcionários através da otimização de tarefas rotineiras, muitas vezes vistas como enfadonhas e de baixo valor agregado. Adicionalmente, os associados do escritório podem se deparar com novas possibilidades estratégicas, enquanto outros pesquisadores poderão ganhar um referencial prático valioso sobre IA no Direito. Alunos de Direito encontrarão um panorama atual e aplicável, incentivando a inovação e os preparando para uma profissão cada vez mais integrada com as tecnologias emergentes.

A bibliografia selecionada estabelece a fundamentação teórica crucial para a elaboração do trabalho, oferecendo perspectivas diversas sobre a inteligência artificial no direito e suas multifacetadas. Por exemplo, Morais da Rosa aborda o impacto digital no campo jurídico, enquanto Hoffmann-Riem discute os desafios impostos pela Big Data e IA, ambos fornecendo *insights* valiosos para a metodologia qualitativa do estudo. Martinez e Scherch, assim como Hogemann, refletem sobre a relação entre direito e tecnologia, e o futuro do ensino jurídico, respectivamente, o que ressalta a relevância acadêmica e prática da pesquisa.

Os artigos de Peixoto e Bonat, e Nedel e Corrêa, trazem para o estudo uma visão sobre as tendências atuais e futuras da IA no direito brasileiro, fornecendo um pano de fundo para a análise quantitativa da pesquisa. Os podcasts “JuridCast” e “Salvo Melhor Juízo” são utilizados para captar as opiniões correntes no meio jurídico sobre o tema, enquanto as obras de Waisberg e Hudek, e Susskind, oferecem uma visão global das mudanças na profissão, alinhando-se à estrutura do trabalho que se debruça sobre o Contencioso Cível. Por fim, o canal “Jurídico sem Gravata” enriquece o trabalho com uma visão prática da tecnologia no mundo jurídico, estabelecendo um elo entre a teoria e a realidade enfrentada pelos profissionais da área.

No Capítulo 2, exploraremos o desenvolvimento histórico da inteligência artificial, desde as suas primeiras concepções filosóficas até os avanços tecnológicos modernos. Serão discutidos os principais marcos e influências que levaram ao surgimento da IA e sua evolução, destacando-se os impactos dessas transformações nas práticas jurídicas atuais.

O Capítulo 3 analisará a estrutura organizacional de escritórios de advocacia, com enfoque nas mudanças provocadas pela adoção de tecnologias de IA. Serão abordados os papéis e responsabilidades dos advogados, além da forma como a IA está reorganizando as divisões de trabalho e potencializando o desempenho em diversas áreas da prática jurídica.

No Capítulo 4, o foco será o funcionamento, os tipos, o treinamento e as aplicações da IA generativa nos escritórios de advocacia. Este capítulo detalhará como diferentes tipos de IA incluindo a IA generativa, podem ser utilizados para aprimorar a eficiência em atividades jurídicas, como a análise de contratos e a automação de tarefas repetitivas.

No Capítulo 5 tratará dos pontos de atenção no uso da IA discutindo relatórios e estudos que mostram os impactos dessa tecnologia nos negócios jurídicos. Também serão exploradas as vantagens e desafios da implementação da IA, com ênfase na otimização do trabalho e no impacto estratégico para escritórios e advogados.

No Capítulo 6, será realizada uma análise detalhada das aplicações da inteligência artificial no contencioso cível. Através de exemplos práticos, o capítulo discutirá como a IA tem transformado a prática jurídica em litígios civis. Serão exploradas as ferramentas tecnológicas usadas pelos advogados para otimizar a gestão de processos, acelerar a pesquisa de jurisprudência e melhorar a comunicação com os clientes.

Por fim, o Capítulo 7 apresentará as considerações finais e projeções futuras sobre o uso da inteligência artificial no direito. Serão discutidas as perspectivas para o horizonte da IA nos escritórios de advocacia, destacando como pequenos escritórios podem se beneficiar com o aumento da acessibilidade tecnológica, melhorando a eficiência e a competitividade. Este capítulo também abordará como a IA pode contribuir para novos modelos de precificação de serviços, aumentar a especialização dos advogados e melhorar a experiência do cliente, além de enfatizar a importância de um uso ético e responsável da tecnologia nas práticas jurídicas.

O presente estudo destaca a importância transcendental de alinhar o contínuo avanço da inteligência artificial com as práticas estabelecidas no mundo jurídico. A implementação de IA promete remodelar o panorama operacional dos escritórios de advocacia, trazendo ganhos substanciais de eficiência e segurança. A economia em mão de obra — resultante da automação de tarefas — não só reduzirá custos, mas também permitirá que profissionais se dediquem a atividades de maior valor agregado. A inovação tecnológica aumenta a atratividade do escritório aos olhos de novos clientes e pode influenciar positivamente o grau de sucesso das ações, vital para escritórios que dependem significativamente de honorários contingenciais.

A funcionalidade das ferramentas de IA já disponíveis e a maneira como elas se integram às rotinas diárias do ambiente jurídico são o testemunho da evolução iminente da profissão. Ao adotar essas tecnologias, escritórios não apenas ampliam sua competência técnica, mas também elevam sua imagem de sofisticação e vanguarda no setor.

2 ASPECTOS HISTÓRICOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

A idealização de uma inteligência artificial deu-se início antes mesmo do surgimento do que conhecemos hoje em dia como tecnologia, podendo ser encontradas em questionamentos filosóficos antigos sobre a natureza da mente e a possibilidade de criar máquinas que pensem como os humanos. Ainda na Grécia Antiga, filósofos como Aristóteles desenvolveram lógicas formais que foram base para os sistemas de raciocínio a ser utilizados nos primórdios da idealização de uma inteligência operacional.

No século XVII, filósofos como René Descartes e matemáticos como Gottfried Leibniz imaginaram mecanismos capazes de replicar o pensamento humano. No século XX, Alan Turing, propôs em 1936 o conceito de uma "máquina universal" (a Máquina de Turing), que podia simular qualquer algoritmo computacional. Em 1950, Turing publicou o famoso artigo "Computing Machinery and Intelligence", no qual propôs o "Teste de Turing" para avaliar a inteligência das máquinas.

Contudo, foi somente em 1956, durante a conferência de Dartmouth que o termo "inteligência artificial" foi formalmente cunhado, propondo a ideia de que a *"máquina poderia ser feita para simular qualquer aspecto da aprendizagem ou da inteligência humana"*¹.

Nas décadas de 1950 e 1960, as pesquisas em IA focaram na criação de programas que pudessem resolver problemas lógicos e matemáticos.

Nos anos 1980, tem-se a introdução de novas abordagens, como redes neurais artificiais, inspiradas no funcionamento do cérebro humano. Nos anos 2000, o aumento no poder de processamento e o acesso a grandes volumes de dados (*big data*) permitiram o desenvolvimento de sistemas de aprendizado profundo (*deep learning*), que revolucionaram totalmente a forma de desenvolvimento de sistemas tecnológicos.

Nos últimos anos, o avanço da inteligência artificial (IA) tem trazido transformações significativas em diversas áreas. No contexto jurídico, a prática hermenêutica e o raciocínio lógico desempenham o papel central do dia a dia do

¹ COSTA, Mariana Desidério. **Convite que criou o termo inteligência artificial**. Época Negócios, 12 mar. 2019. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Tecnologia/noticia/2019/03/leia-o-texto-do-convite-que-criou-o-termo-inteligencia-artificial.html>

advogado, tornando necessário o domínio na interpretação das normas e pensamento estratégico para a argumentação e a tomada de decisões.

Contudo, é importante ressaltar que o impacto da IA no direito vai além da simples automação de sistemas. O uso da Inteligência Artificial prevê uma revolução na prática jurídica por si só, introduzindo novas formas de organização estrutural dentro dos escritórios de advocacia, obrigando os profissionais a mudarem sua forma de trabalho e abordagem diante dos desafios apresentados, bem como exigindo conhecimentos técnicos para além do âmbito jurídico. Ou seja, advogados que tradicionalmente baseavam seu trabalho em habilidades totalmente humanas, agora veem a forma de exercer o direito ser complementada por tecnologias, possibilitando o desenvolvimento pessoal em outros âmbitos e acelerando exponencialmente a velocidade em que as demandas serão realizadas.

Desse modo, o raciocínio lógico, tanto humano quanto artificial, deve ser visto como complementares um do outro, ampliando a capacidade dos profissionais do direito de lidar com a complexidade dos casos contemporâneos.

Assim como as inovações tecnológicas, a arquitetura de sistemas dentro dos escritórios de advocacia tem evoluído para acomodar uma maior automação e integração de dados. É dizer, é inevitável que a relação entre direito e tecnologia se intensifique com o uso de ferramentas digitais como base para uma estrutura organizacional mais eficiente².

Essa revolução tecnológica exige que os sistemas jurídicos incorporem plataformas de IA capazes de gerenciar “big data”, expandindo as capacidades dos advogados para além do trabalho manual, possibilitando o desenvolvimento profissional em atividades de maior valor agregado, como a análise estratégica de casos³. Além disso, a IA generativa, como abordado por Peixoto e Bonat⁴, promete ir além da automação, sendo capaz de sugerir e até mesmo elaborar a escrita de texto jurídico por conta própria – reordenando drasticamente a arquitetura de sistemas.

² MARTINEZ, V. C.; SCHERCH, V. A. **Relações entre direito e tecnologia no século XXI**. Revista de Direito, [S.l.], v.12, n.01, p.1–23, 2020. DOI: 10.32361/202012019047.

³ WAISBERG, Noah; HUDEK, Alexander. **AI for Lawyers: How Artificial Intelligence is Adding Value, Amplifying Expertise, and Transforming Careers**. Hoboken, NJ: Wiley, 2021.

⁴ PEIXOTO, Fabiano Hartmann; BONAT, Debora. **GPTs e Direito: impactos prováveis das IAs generativas nas atividades jurídicas brasileiras**. Sequência Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, v. 44, n. 93, p. 1–31, 2023.

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DE ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

A aplicação da IA nos escritórios deve considerar os perfis das atividades desempenhadas pelos diferentes níveis hierárquicos existentes. A seguir vamos percorrer a estrutura organizacional comumente encontrada em um escritório e tecer comentários sobre como a IA pode ser aplicada para cada nível típico.

Na estrutura organizacional de escritórios de advocacia, observa-se, tradicionalmente, a divisão entre as áreas administrativas e jurídicas. Focaremos mais no campo das atividades jurídicas, em que a estrutura é desenhada com base na complexidade e no volume de casos que o escritório precisa gerenciar.

Por exemplo, em grandes escritórios, pode haver uma subdivisão nas áreas jurídicas, como contencioso civil, direito trabalhista e tributário. Cada uma dessas áreas pode ser gerida por sócios ou advogados de nível sênior, enquanto os advogados juniores e estagiários lidam com as tarefas de menor complexidade, sob a supervisão dos mais experientes. Já as funções administrativas, como financeiro, recursos humanos e TI, são geridas por profissionais especializados, permitindo que os advogados se concentrem exclusivamente nas questões legais.

No topo da hierarquia, estão os advogados mais experientes, comumente denominados de “sócios”, que serão os responsáveis pela gestão e pelas principais decisões estratégicas. Esses profissionais atuam tanto na condução dos casos mais relevantes quanto no gerenciamento do escritório. Além disso, são eles que mantêm o relacionamento com os principais clientes e definem os rumos do negócio, seja na expansão de áreas de atuação, seja na decisão de novas contratações. Eles possuem a responsabilidade final de que as expectativas dos clientes sejam atendidas e de resolver as questões estratégicas mais relevantes que possam surgir durante o curso de um caso. Muitas vezes, juntam-se a esse grupo os advogados associados, especialmente os mais seniores, que mantêm contato regular com os clientes, fornecendo atualizações acerca dos processos de sua responsabilidade, respondendo perguntas e auxiliando na tomada de decisões sobre demandas judiciais ou consultivas.

Para os sócios e associados, a IA assume um papel mais estratégico. Esses profissionais, além de serem responsáveis pela gestão dos casos e pela liderança técnica, também precisam garantir que o escritório atinja seus objetivos financeiros e

de crescimento. A IA oferece ferramentas para monitorar indicadores de desempenho de cada advogado ou departamento, como o grau de interação com os clientes, o nível de satisfação, o tempo médio de resposta às demandas e o aproveitamento de todo o potencial de geração de receita de um cliente. A IA pode ainda ajudar os sócios na estratégia de prospecção e na geração de *leads* de busca de novos clientes. No acompanhamento do mercado, as ferramentas de IA podem ajudar a identificar tendências e jurisprudências.

A próxima camada hierárquica é composta por advogados que são responsáveis por grande parte da produção jurídica cotidiana, como a elaboração de petições, o acompanhamento de processos e a realização de pesquisas jurídicas. Na medida que ganham mais experiência, os advogados tornam-se os principais responsáveis por manter o relacionamento com os clientes, garantindo que as expectativas sejam atendidas. São os mais experientes os que participam ativamente da definição das estratégias jurídicas.

Para os advogados, a IA se apresenta como uma ferramenta essencial de consulta e pesquisa jurídica. O tempo que antes era gasto em horas de pesquisa manual em bancos de dados de jurisprudência ou em bibliotecas jurídicas agora pode ser otimizado com a IA, que oferece acesso instantâneo a legislações, doutrinas e precedentes atualizados e organizados de acordo com as necessidades do caso. Ferramentas de IA também conseguem identificar padrões em julgamentos, o que pode ajudar advogados a prever tendências nas decisões judiciais e, assim, desenvolver estratégias jurídicas mais eficazes. Por exemplo, um advogado especializado em contencioso pode utilizar a IA para analisar milhares de decisões sobre um tema específico e identificar como determinados juízes ou tribunais têm se posicionado, ajustando a sua estratégia com base nessas informações.

Uma das principais atividades do escritório é a preparação de petições legais, pareceres e contratos. Para essas atividades e outras similares, é necessária uma equipe integrada, com advogados iniciantes auxiliando nas pesquisas e elaboração de primeiras versões de documentos, os quais serão revisados e aprovados por profissionais mais experientes, garantindo a padronização de qualidade exigido pelos tribunais e pelos clientes.

Nos níveis mais básicos, encontram-se os estagiários e assistentes que contribuem com pesquisas e realizam algumas tarefas básicas, além de fornecer

suporte com atividades administrativas e coordenação de documentos. Eles não tomam decisões, mas ainda desempenham um papel fundamental na administração tranquila da organização.

Para estagiários e assistentes, a IA surge como um instrumento de automação de tarefas repetitivas e rotineiras, atividades que, embora fundamentais, consomem tempo considerável. A IA permite que essas atividades sejam realizadas de forma mais eficiente e em menor tempo, através de tecnologias que automatizam a triagem de documentos jurídicos, fazem a extração de informações relevantes e organizam dados de maneira estruturada. Por exemplo, ferramentas de IA podem revisar contratos, identificando cláusulas inconsistentes ou com riscos, agilizando o trabalho que antes poderia demorar dias. Com isso, estagiários e analistas passam a focar em atividades de maior valor agregado, como o estudo aprofundado de casos e o desenvolvimento de habilidades analíticas e estratégicas.

Dependendo do tamanho dos escritórios, os níveis hierárquicos podem ser ainda mais complexos, com camadas adicionais de advogados juniores e seniores, cada um atuando em um grau diferente de autonomia e responsabilidade.

Com a introdução da inteligência artificial, as divisões de trabalho nos escritórios precisarão ser redesenhadas. Por exemplo, potencialmente, o papel de pesquisa e preparação de instrumentos jurídicos pode ser cada vez mais preparado por advogados ou estagiários menos experientes. A memória encontrada em advogados mais poderá ser substituída pela poderosa busca proporcionada pela IA. Os sócios precisarão se reinventar e se tornarem capazes mostrar aos seus clientes como a suas empresas usam IA para o benefício deles.

Citando outras previsões, Morais da Rosa⁵ destaca que a inteligência artificial não só substitui determinadas funções humanas, mas redefine a própria natureza das tarefas desempenhadas. Funções como análise de contratos, pesquisa jurídica e gestão de casos serão automatizadas, levando à redução da dependência de equipes de apoio administrativo e de advogados juniores que anteriormente desempenhavam essas funções. Hogemann⁶ argumenta que a mudança tecnológica exige que os

⁵ MORAIS DA ROSA, Alexandre. **A questão digital: o impacto da inteligência artificial no Direito**. Revista de Direito da Faculdade Guanambi, Guanambi, v. 6, n. 02, e259, jul./dez. 2019

⁶ HOGEMANN, E. R. **O futuro do Direito e do ensino jurídico diante das novas tecnologias**. Revista Interdisciplinar do Direito - Faculdade de Direito de Valença, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 105–115, 2018.

profissionais jurídicos se tornem tecnicamente adeptos ao uso dos sistemas de IA e à compreensão dos produtos transmitidos por esses algoritmos. Isto sugere uma reconfiguração interna nos escritórios, onde a hierarquia tradicional, baseada em anos de experiência, dará lugar a uma estrutura mais fluida e que pode ser adaptada às novas exigências tecnológicas. De acordo com Susskind⁷, os advogados do futuro precisarão se especializar em novas áreas, como gestão de dados e ética em IA, o que significa uma diversificação de funções dentro das empresas.

⁷ SUSSKIND, Richard. **Tomorrow's Lawyers: An Introduction to Your Future**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2023.

4 INTELIGÊNCIAS ARTIFICIAIS: FUNCIONAMENTO, TIPOS, TREINAMENTO E APLICAÇÕES DA IA GENERATIVA EM ESCRITÓRIOS DE ADVOCACIA

4.1 Como funcionam as Inteligências Artificiais e os diferentes tipos de IA

Conforme extensamente discutido, a Inteligência Artificial vem ganhando força rapidamente na sociedade, desde automação industrial até serviços personalizados, como assistentes virtuais e sistemas de recomendação. O rápido avanço da IA nos últimos anos levou à evolução tecnológica, dando origem a diferentes tipos de tecnologias com funcionalidades específicas.

Desde o surgimento da primeira inteligência artificial, *AlphaGo*⁸ (1997), desenvolvida pela empresa DeepMind (Google) com o objetivo de vencer humanos em diversos testes e jogos, a IA vem sendo aprimorada e desenvolvida para exercer as mais diversas *tasks*.

Importante frisar que, com o desenvolvimento tecnológico desde a década de 80, foram criadas diversas Inteligências Artificiais, desenvolvidas para diferentes objetivos.

À título exemplificativo, tem-se a Inteligência Artificial Limitada⁹ (NAI – *Narrow Artificial Intelligence*), desenvolvida com o objetivo de realizar as atividades simples das quais foi previamente programada, armazenar grande quantidade de dados e fazer cálculos complexos com rapidez.

Para seu funcionamento, o NAI engloba duas subcategorias: (i) máquinas reativas, funcionando a base de estímulos fundamentados em diferentes *inputs*; e (ii) memória limitada, criam banco de dados a partir do histórico de interação com o usuário e, assim, sendo capazes de tomar pequenas decisões autônomas.

Assim como a NAI, todas as Inteligências Artificiais compartilham princípios de aprendizado de máquina (“*machine learning*”) e uso de grandes volumes de dados. Entretanto, suas finalidades e capacidades são distintas, sendo essa diferença crucial para entender as aplicações e os impactos que cada tipo de IA pode ter no mundo

⁸ <https://deepmind.google/research/breakthroughs/alphago/>

⁹ <https://posdigital.pucpr.br/blog/tipos-de-inteligencia-artificial#b-limitada>

moderno. Para registro, neste trabalho, a IA idealizada para uso de escritórios de advocacia é denominada IA generativa.

4.2 Inteligência Artificial Generativa – GenAi

As IA Generativas (GenAi - *Generative Artificial Intelligence*) são modelos de inteligência artificial projetados para gerar novos dados com base em padrões que aprenderam ao serem expostas a grandes quantidades de informações.

Diferentemente das IA tradicionais, que apenas analisam e processam informações preexistentes, a IA generativa tem a capacidade de criar algo novo imitando padrões presentes em determinado conteúdo — por exemplo, em um novo pedaço de texto ou imagem.

As “*GenAI*” foram projetadas na tentativa de replicar o modo como o cérebro humano aprende e processa informações, baseadas em redes neurais profundas. Esses modelos são expostos a grandes quantidades de dados, como livros, artigos, imagens ou som, para tarefas subsequentes de reconhecimento de padrões e síntese de novos conteúdos a partir deles. Esse treinamento é chamado de aprendizado de máquina (*machine learning*), durante o qual o sistema começa a fazer adaptações em suas respostas com base nos dados adquiridos.

Para o uso da *GenAi*, o usuário deverá elaborar uma instrução inicial à IA para que ela realize uma tarefa, denominado “*prompt*”. Ao receber um *prompt*, a IA compara o *prompt* com os padrões aprendidos durante o treinamento e seleciona as informações mais relevantes para montar uma resposta. O *prompt* pode ser na forma de uma pergunta ou uma frase, às vezes até mesmo uma imagem, dependendo da plataforma utilizada.

Contudo, é importante salientar que a IA não “*pensa*” como um humano, dependendo totalmente de o treinamento prévio funcionar. Na realidade, a máquina utiliza uma série de cálculos matemáticos para prever qual a melhor sequência de palavras ou imagens a serem geradas, com base nas probabilidades que ela reconheceu nos dados de treino.

Salienta-se, ainda, que o usuário da *GenAI* pode treinar a IA para o formato de resposta que deseja, assim como o mesmo *prompt* irá gerar respostas diferentes a

cada usuário. Isso se dá porque a IA identifica padrões de cada usuário, o assunto mais abordado, a forma como escreve, o contexto de cada prompt, de modo que irá personalizar o resultado de acordo com os padrões colhidos.

A título ilustrativo, imagina-se que alguém deseja que uma IA generativa crie um texto explicando uma questão jurídica, o prompt poderia ser algo como: "Explique a responsabilidade civil no direito brasileiro." Com essa instrução, a IA gera um conteúdo baseado nos dados que aprendeu durante o treinamento.

No caso de se tratar de um usuário que, costumeiramente, aborda temas acadêmicos e solicita prompts neste sentido, a IA irá elaborar um texto explicativo-informativo. Em contraposição, caso estejamos diante de um usuário que use mais de textos dissertativos-expositivos, por exemplo, a IA elaborará um texto completamente diferente, adotando o interesse e padrão do usuário.

É importante ressaltar que, embora as IA gerem respostas bastante impressionantes, o nível de confiabilidade dos resultados pode variar. Isso acontece porque a IA depende dos dados com os quais foi treinada e dos padrões que conseguiu identificar. Se esses dados forem de qualidade ou completos, o resultado pode ser bastante preciso.

4.3 GenAI no Âmbito Jurídico

Quando estamos diante de *prompts* para uso de programação, por exemplo, o nível de confiabilidade do resultado proposto pela GenAI é de alto nível, uma vez que se trata de conhecimento técnico de baixa necessidade de interpretação textual ou doutrinário.

Na lógica jurídica, entretanto, envolve-se a análise de proposições afirmativas e negativas, universais e particulares, bem como o conhecimento jurídico prévio. Não se trata, portanto, de uma ciência exata e/ou numérica. Como a IA não tem a capacidade de compreender o contexto da mesma forma que um ser humano, o uso em um contexto com regras menos cartesianas, pode resultar em respostas erradas, confusas ou desatualizadas. Há situações até em que ocorre o uso de informações criadas pela própria IA, como no caso de um precedente que, na prática, nunca existiu.

Dessa forma, quando estamos diante de *prompt* para interpretação de decisões ou elaboração de peças processuais complexas, para maior confiabilidade e precisão do resultado, é preciso um treinamento mais robusto e específico da GenAi. A aplicação da IA no direito não elimina a necessidade de julgamento humano, especialmente em questões éticas e de interpretação subjetiva, que exigem um discernimento mais refinado.

A necessidade de treinamento prévio das IAs não interfere na produtividade, tampouco no potencial que o uso da Inteligência Artificial tem de acelerar e potencializar o trabalho em escritórios de advocacia, sendo necessário somente o treinamento correto e condicionamento da máquina para que ela atenda a demanda e expectativa de cada escritório.

4.4 Treinamento das IA Generativas

As empresas precisam criar estruturas isoladas para que as máquinas Generativas sejam treinadas em um ambiente isolado para que esse treinamento não seja acessível por pessoas ou máquinas externos ao escritório.

Várias soluções corporativas têm surgido oferecem um treinamento prévio em linguagem e dados universais, mas restringem o acesso a informações específicas do escritório. Esse caminho combina o melhor dos dois mundos: máquinas generativas que aprenderam a linguagem em um contexto mais amplo, porém, foram aperfeiçoadas por treinamento com dados exclusivos dos escritórios, sem que esse treinamento comprometa, de qualquer forma os segredos de negócios que um escritório precisa manter, seja do sigilo dos clientes, seja da inteligência que o escritório desenvolve.

Outra forma de contornar o problema do sigilo interno é uma técnica chamada aprendizado federado. Com essa abordagem, os dados nunca saem da empresa ou do dispositivo em que estão armazenados. O modelo é treinado localmente em dados privados e depois apenas os parâmetros do modelo são compartilhados com o servidor central. Isso garante que a privacidade seja mantida, pois os dados sensíveis não precisam ser transferidos para servidores externos.

Um dos problemas dessas soluções pode ser a escassez de dados em escritórios menores ou criados recentemente ou até mesmo a ausência de gestão de dados de escritórios maiores e mais tradicionais que possa criar um ambiente no qual a ferramenta pode ser treinada. É imperativo, portanto, que os responsáveis pelas áreas de tecnologia dos escritórios comecem, desde agora, a repensar seus dados de forma a criar informações que possam servir de fonte de treinamento.

A implementação da inteligência artificial (IA) no âmbito jurídico representa um novo paradigma para escritórios de advocacia, trazendo benefícios significativos, mas também desafios complexos.

Embora a IA possa agilizar processos e aumentar a eficiência, sua adoção também deve ser feita cuidadosamente, levando em consideração o impacto ético, legal e social. Os aspectos éticos e técnicos da IA são amplamente discutidos por autores como Hoffmann-Riem, que destacam os desafios que a inteligência artificial e o uso de big data impõem ao Direito.

Como Hoffmann-Riem coloca, a fusão de tecnologias exigirá uma reestruturação na estrutura regulatória para resolver questões relacionadas à proteção de dados, imparcialidade em algoritmos e transparência em decisões automatizadas.

No contexto dos escritórios de advocacia, essa preocupação é ainda mais crítica, uma vez que o sigilo das informações dos clientes é um princípio fundamental da prática jurídica. Assim, é essencial que todos os sistemas de IA implementados respondam aos mais altos níveis de segurança e cumpram as leis que protegem os dados, por exemplo, a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil.

Além disso, Peixoto e Bonat expõem os impactos da IA generativa (GenAI) no âmbito jurídico, afirmando que, apesar dos avanços, sua utilização deve ser condicionada às diretrizes éticas do direito. É fundamental que o uso da IA seja supervisionado por profissionais humanos, capazes de validar e contextualizar as informações obtidas pelos sistemas de inteligência artificial.

4.5 Treinamento em IA e os clientes

Um aspecto crucial da implementação da inteligência artificial (IA) nos escritórios de advocacia é a necessidade de treinar e educar não apenas os advogados e equipes internas, mas também os próprios clientes. A adoção de IA transforma o fluxo de trabalho e as interações entre escritórios e clientes, exigindo uma mudança de paradigma na forma como os serviços jurídicos são consumidos. Para que os benefícios da IA sejam plenamente aproveitados, é necessário que os clientes compreendam como essa tecnologia pode melhorar o atendimento, aumentar a eficiência e fornecer soluções jurídicas mais rápidas e precisas.

O treinamento dos clientes envolve, primeiramente, educar sobre as capacidades e limitações da IA no contexto jurídico. Muitos clientes podem ter uma percepção superficial ou equivocada da tecnologia, imaginando que a IA pode substituir completamente o trabalho humano. Na verdade, é essencial deixar claro que a IA é uma ferramenta que auxilia e aprimora o trabalho dos advogados, automatizando tarefas repetitivas, agilizando a pesquisa jurídica e proporcionando análises baseadas em dados, mas que as decisões finais continuam sendo de responsabilidade dos profissionais do escritório. Essa compreensão é importante para evitar expectativas irreais e garantir que os clientes saibam como a tecnologia está sendo aplicada em seus casos.

Além disso, é necessário treinar os clientes para que utilizem as plataformas de IA em conjunto com o escritório de forma eficiente. Muitas soluções baseadas em IA, como plataformas de gestão de processos, portais de acompanhamento de casos e assistentes jurídicos automatizados, requerem a participação ativa dos clientes para fornecer dados, revisar documentos e interagir com os advogados. O sucesso dessas interações depende de um uso correto e otimizado das ferramentas, o que demanda capacitação. Por exemplo, escritórios que utilizam sistemas de IA para automatizar a coleta de dados e a organização de informações precisam garantir que seus clientes saibam como alimentar essas plataformas corretamente, para que os algoritmos funcionem de maneira eficaz e entreguem resultados úteis.

Outro ponto importante é a necessidade de transparência e segurança no uso de IA. Como vimos no capítulo anterior, os clientes podem ter preocupações legítimas sobre a privacidade de seus dados, especialmente no contexto jurídico, onde as

informações são frequentemente confidenciais e sensíveis. É vital que os escritórios eduquem os clientes sobre as medidas de segurança implementadas na utilização da IA, como a criptografia de dados e o cumprimento das regulamentações de proteção de dados, como a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) no Brasil. Ao fornecer esse conhecimento, o escritório não apenas tranquiliza os clientes quanto à segurança de suas informações, mas também constrói uma relação de confiança, essencial para o bom andamento das parcerias.

O processo de treinamento também deve incluir a demonstração prática dos benefícios da IA para os clientes. Mostrar, com exemplos reais ou simulações, como o uso de IA pode acelerar a resolução de um caso ou melhorar a qualidade do serviço jurídico é uma forma eficaz de gerar adesão e confiança. Por exemplo, um cliente corporativo que vê a IA automatizando a revisão de um grande volume de contratos pode perceber imediatamente a economia de tempo e custos envolvidos. Da mesma forma, clientes de contencioso podem apreciar a capacidade da IA de prever resultados com base em análises de jurisprudência e, assim, ajustar suas expectativas e estratégias processuais.

Por fim, o uso conjunto da IA por escritórios e clientes também abre espaço para novas formas de colaboração e personalização dos serviços jurídicos. Com a IA, os escritórios podem oferecer soluções mais ágeis e interativas, como portais onde os clientes acompanham o progresso de seus casos em tempo real, visualizam prazos importantes ou recebem alertas automáticos sobre mudanças na legislação que possam impactar seus negócios. Contudo, para que essas interações aconteçam de maneira eficaz, os clientes precisam ser ensinados a usar essas ferramentas e a colaborar de forma ativa, fornecendo informações precisas e utilizando os recursos digitais disponíveis.

5 PONTOS DE ATENÇÃO NO USO DA IA

5.1 Relatório do Uso de Inteligência Artificial em diversos modelos de negócios

De acordo com o relatório do Boston Consulting Group¹⁰ (2024), a IA torna o trabalho de rotina eficiente e deixa espaço para capacidades adicionais ao permitir atenção para atividades mais valiosas relacionadas ao desenvolvimento de estratégias em um caso legal. De acordo com Martinez e Scherch¹¹ (2020), com a automação em processos legais para análise de contratos e documentos, o fardo do trabalho de rotina pode ser aliviado para buscar atividades como desenvolver argumentos e estratégias legais.



(Relatório BCG – Tempo gasto com o uso a IA)

Em análise ao relatório do Boston Consulting Group (BCG), conclui-se que a inteligência artificial pode, a princípio, economizar entre 15 e 20% do tempo normalmente gasto na aquisição de clientes.

¹⁰ BCG. **Global Wealth Report 2024: The GenAI Era Unfolds**. Disponível em: <https://www.bcg.com/publications/2024/global-wealth-report-the-gen-ai-era-unfolds>

¹¹ MARTINEZ, V. C.; SCHERCH, V. A. **Relações entre direito e tecnologia no século XXI**. Revista de Direito, [S.l.], v.12, n.01, p.1–23, 2020. DOI: 10.32361/202012019047.

Durante a integração – “*onboarding*” – (que ocupa de 15 a 20% do seu tempo), a IA pode levar a economias ainda maiores, de 20 a 30%. O efeito na experiência do cliente é palpável.

O atendimento ao cliente (“*servicing*”), área de maior parte do tempo despendido, tem-se em torno de 50 a 60%, na qual a IA pode criar economias de tempo aqui de 20 a 30%. O impacto na experiência do cliente é muito alto; um exemplo é que a qualidade melhorou 70% após a adoção do “*copiloto*” da IA.

Por fim, o trabalho interno é responsável por entre 15 e 25% do tempo; tem-se aqui a possibilidade de economizar tempo de trabalho em 10 a 20%. Com impacto variando de moderado a alto, um exemplo de destaque é o de uma instituição europeia, que reduziu os falsos positivos de suas operações em 40%.

5.2 Vantagens do Uso da IA

Conforme analisado no relatório da Boston Consulting Group (BCG), a IA não apenas aumenta a eficiência nas tarefas repetitivas, mas também expande as capacidades do advogado, permitindo que se concentrem em atividades de maior valor agregado, como especialização em áreas de maior complexidade e pouca exploração de mercado, permitindo que os escritórios de advocacia expandam suas áreas de atendimento e se destaquem em relação ao mercado.

Essa automação também tem o potencial de melhorar a precisão no trabalho jurídico. Sistemas de IA, como os mencionados por Waisberg e Hudek (2021), podem revisar documentos legais em questão de segundos, identificando inconsistências ou cláusulas problemáticas que poderiam passar despercebidas por um humano.

De acordo com Martinez e Scherch (2020), com a automação em processos legais para análise de contratos e documentos, o fardo do trabalho de rotina pode ser aliviado para buscar atividades como desenvolver argumentos e estratégias legais.

Isso é particularmente relevante em áreas como a advocacia consultiva, onde a análise de grandes volumes de contratos é comum.

Ainda, IA pode ser integrada a várias partes do trabalho jurídico. Em termos práticos, como apontado por Hogemann (2018), uma das principais áreas

beneficiadas é a pesquisa jurídica. Ferramentas de IA podem processar quantidades de jurisprudência e doutrina em um tempo muito menor do que os métodos tradicionais e em quantidades exponencialmente maiores, além de produzir as informações necessárias para que os advogados construam seus casos de forma mais rápida e precisa. Adicionalmente, o uso de sistemas de GenAI pode ajudar na elaboração de petições e pareceres jurídicos, com base em padrões identificados em casos anteriores, construindo argumentação modelo.

A otimização do trabalho dentro de um escritório de advocacia é um corolário direto de um aumento na eficiência e uma diminuição nos erros. Como foi discutido no episódio do podcast "Juridcast", Como a IA Generativa está transformando o Direito? Episódio 108, a IA tem a capacidade de transformar escritórios de advocacia para fazer muito mais trabalho em muito menos tempo e com mais precisão.

Além disso, a IA pode ser usada para prever resultados de casos com base em decisões anteriores, portanto, os tomadores de decisão terão uma ideia melhor das decisões que precisam tomar. Isso pode se tornar um benefício extremamente importante, por exemplo, em litígios, onde a familiaridade com a forma como um determinado juiz ou tribunal normalmente toma suas decisões pode ser um fator crítico na determinação da estratégia jurídica.

De acordo com Susskind (2023), advogados do futuro serão aqueles que souberem utilizar a tecnologia a seu favor, transformando dados em insights valiosos.

6 APLICAÇÕES DA IA NO CONTENCIOSO CÍVEL: UMA ANÁLISE DETALHADA DE ALGUMAS OPORTUNIDADES IDENTIFICADAS

6.1 Entrevista com Leonardo Toco – Machado Meyer

A título exemplificativo do uso da inteligência artificial em escritórios de advocacia, tem-se a experiência do renomado escritório Machado Meyer.

No primeiro episódio do Jurídico Ágil Podcast, o apresentador Paulo Silvestre conversa com o Dr. Leonardo Toco, advogado e responsável pelas inovações tecnológicas no Machado Meyer.

No bate-papo, o Dr. Leonardo discorre sobre acerca de como a Inteligência Artificial se tornou parte das atividades cotidianas do escritório e seus impactos no trabalho jurídico. O advogado convidado fala sobre sua experiência no uso da IA e destaca aspectos estratégicos e práticos que têm transformado a rotina dos profissionais da área. Com mais de meio século de experiência, este escritório estabeleceu um banco de dados muito organizado e grande, o que foi uma condição muito boa para a implantação de ferramentas de IA. Este antigo estado de categorização e estruturação de documentos tornou a introdução da IA mais suave e eficaz, garantindo a utilização de dados em condições monitoradas e seguras.

O mais crítico na implementação da IA foi o bloqueio o uso de ferramentas de IA amplamente disponíveis na Internet, como o ChatGPT. O motivo para isso é que ele protege e assegura a confidencialidade das informações do cliente. Usar essas plataformas públicas significaria que um escritório corre o risco desnecessário de uma violação da divulgação dessas informações confidenciais e, portanto, de sua privacidade. Em vez disso, e em parceria com a Microsoft, o escritório desenvolveu sua própria IA, o que garantiu que dados críticos fossem armazenados e usados em tais dispositivos em um ambiente seguro, respeitando a confidencialidade das informações.

A IA desenvolvida desempenhou um papel importante no aumento da produtividade dos funcionários, tanto no departamento jurídico quanto administrativo.

Com ferramentas de pesquisa simplificadas, a quantidade de tempo gasto na execução de uma tarefa foi reduzida, permitindo que os advogados prestassem mais atenção à agilidade. Essa agilidade, quando feita pela IA, se mostra aumentando a eficiência operacional, o que por sua vez tem um efeito direto na qualidade do serviço prestado aos clientes.

O episódio também revelou qual prioridade a inovação tecnológica deve ter para o futuro dos escritórios de advocacia. A adoção da IA não significa apenas uma vantagem competitiva, mas também retrata os escritórios que usam as ferramentas utilitárias como protagonistas no cenário jurídico.

Além do aumento na produtividade interna do escritório, Leonardo Toco relatou os próximos a serem adotados pelo escritório, como o desenvolvimento de plataformas para o uso dos clientes, como o PowerBI. Essas plataformas ajudarão os clientes a ter informações detalhadas sobre seus processos, o que permite uma avaliação qualitativa e quantitativa da demanda por tempo, sem que haja a necessidade de intermediação do escritório, reduzindo a dependência excessiva de respostas por e-mail dos advogados. Esse fácil acesso na obtenção de informações permite que um cliente, leigo no conhecimento jurídico, possa obter informações qualitativas e quantitativas acerca dos resultados obtidos pelo escritório.

6.2 Experiência pessoal da Autora

Em sua experiência profissional em escritórios de advocacia, especialmente no contencioso cível, a Autora teve a oportunidade de observar e aplicar a inteligência artificial em diversos momentos.

Dentre eles, a Autora pôde atuar diretamente em casos envolvendo um cliente de grande porte no setor de transmissão de energia elétrica, que possuía mais de 1.000 processos ativos em trâmite no Poder Judiciário. A natureza desses processos, muitos dos quais relacionados à desapropriação e à liberação de áreas para a construção de linhas de transmissão, demandava uma gestão jurídica eficiente e uma

comunicação clara com o cliente, cujo foco principal estava em aspectos técnicos e numéricos.

Diante desse cenário, o escritório desenvolveu uma solução inovadora utilizando o Power BI, que permitiu a criação de um sistema de relatórios em tempo real para o cliente. Esse sistema fornecia uma visão detalhada e quantitativa de cada processo em andamento, possibilitando o acompanhamento de indicadores como a quantidade de áreas já liberadas, a probabilidade de liberação de áreas pendentes e o estágio em que cada processo se encontrava. Além disso, o relatório incluía as ações tomadas pelos advogados, como despachos com juízes, elaboração de recursos e outras medidas processuais, oferecendo uma visão clara das estratégias jurídicas em curso.

Outro ponto crucial foi a inclusão de informações que destacavam os processos nos quais o cliente precisava fornecer subsídios adicionais, como documentos técnicos ou laudos, facilitando a comunicação entre o jurídico e as áreas técnicas da empresa.

Essa solução proporcionou ao cliente, acostumado a lidar com dados quantitativos e de caráter técnico, uma visualização integrada que combinava aspectos qualitativos e jurídicos com dados numéricos precisos. O sistema desenvolvido trouxe mais eficiência ao acompanhamento processual, permitindo uma tomada de decisões mais ágil e informada, além de estreitar a colaboração entre o escritório e o cliente.

Em outro momento, a Autora pôde auxiliar na elaboração de um programa de automatização de processos contenciosos consumeristas, na qual o sistema identificaria o tipo de demanda promovida pela parte Ré em face do cliente, bem como os principais dados a serem fornecidos para o envio de subsídios por parte cliente e, posteriormente, elaboração de defesa.

O desenvolvimento da automação permitiu a diminuição no tempo despendido pelos advogados e estagiários, na medida em que anteriormente teria de analisar cada um dos processos e elaborar e-mails detalhados, o que consumia vasto tempo.

Ainda, com a automação, foi possível estabelecer o padrão de cada caso – e.g. bloqueio indevido, juros abusivos, inexistência de relação contratual – para que, na

chegada de casos novos, o acesso ao acervo de casos se tornasse mais prático e dinâmico, reduzindo o tempo de elaboração de peças processuais, uma vez encontrados padrões semelhantes.

6.3 O uso de IA em escritórios de pequeno porte

Uma das grandes vantagens do uso da IA no âmbito do direito é a possibilidade de acesso da ferramenta por custo acessível, equiparando os escritórios independentemente de seu porte em relação ao mercado.

O uso de inteligência artificial (IA) em escritórios de advocacia de pequeno porte, por exemplo, permite que, mesmo com um quadro reduzido de funcionários, o escritório possa lidar com demandas elevadas e se posicionar competitivamente em relação a escritórios maiores.

Com o uso de ferramentas de IA, escritório pequenos ou advogados autônomos poderão otimizar tarefas rotineiras, como a triagem de processos, análise de contratos e pesquisa jurídica, sem que seja necessário a contratação de *staff* para que seja possível entregar uma grande quantia de demandas, automatizando essas funções e liberando tempo para atividades mais estratégicas.

Além disso, sistemas de IA podem ser treinados para realizar pesquisas detalhadas em grandes volumes de dados, como jurisprudência e doutrinas, de forma muito mais rápida que os métodos tradicionais, aumentando a capacidade de resposta do escritório. A automação de tarefas repetitivas, como o preenchimento de documentos e a análise de contratos, também elimina a necessidade de uma equipe extensa, permitindo que os advogados se concentrem em atividades de maior valor agregado, como o desenvolvimento de estratégias jurídicas complexas e a interação direta com clientes.

Outra vantagem crucial é a acessibilidade a ferramentas avançadas de análise preditiva, que ajudam a antecipar resultados judiciais com base em padrões jurisprudenciais. Isso coloca escritórios menores em condições de competir com grandes firmas ao oferecer previsões mais precisas e estratégias embasadas em

dados. Essa capacidade de otimização e precisão também contribui para a redução de custos operacionais, uma vez que menos tempo é gasto em tarefas manuais.

Portanto, a IA transforma escritórios de pequeno porte, permitindo que se posicionem em igualdade competitiva com grandes firmas, oferecendo serviços de alta qualidade e mantendo a agilidade e a personalização no atendimento ao cliente.

6.4 Inteligências Artificiais já implementadas nos tribunais

Com o avanço tecnológico, a implementação de inteligência artificial no poder judiciário tornou-se uma questão de tempo. Os tribunais de segunda instância e tribunais superiores já possuem mais de 60 robôs instituídos como forma de modernizar e otimizar a justiça.

O Supremo Tribunal Federal (STF), já faz uso de duas Inteligências Artificiais: Sócrates e Atos, que desempenham papéis distintos, contudo complementares. A IA Sócrates é utilizada principalmente para minerar jurisprudência e auxiliar na elaboração de votos pelos ministros, analisando dados e extraindo precedentes jurídicos relevantes. Atos, por sua vez, atua de maneira mais processual, automatizando o fluxo de tarefas administrativas no tribunal. Ela é responsável por gerenciar e distribuir processos de forma automática, o que agiliza o andamento dos casos e melhora a eficiência do trabalho jurídico.

Já no Superior Tribunal de Justiça (STJ), as inteligências artificiais Vitor e Vitória trazem avanços notáveis no manejo dos processos. Vitor é especialmente dedicado à triagem de recursos repetitivos, realizando a comparação de processos semelhantes a decisões anteriores, o que é feito de forma automatizada e padronizada pela IA. Isso garante uma redução considerável no tempo de análise dos casos e facilita o julgamento de questões que já foram discutidas previamente. Vitória, por outro lado, é uma IA voltada para processos previdenciários, otimizando a gestão desses casos ao organizar e estruturar os dados relevantes para análise pelos ministros. Assim como no STF, essas ferramentas de IA no STJ têm contribuído para a celeridade e a precisão no trabalho jurídico, aliviando a carga de trabalho dos

ministros e permitindo que se concentrem em questões mais complexas. Essas IAs reduzem significativamente o tempo de tramitação de processos e ajudam a assegurar que decisões sejam embasadas em dados precisos e bem fundamentados.

Outro ponto de destaque é a expansão do uso de IAs nos Tribunais de Justiça (TJs) e nos Tribunais Regionais Federais (TRFs), onde já existem 64 robôs em funcionamento. Essas IAs desempenham funções variadas, como a automação de triagens processuais, a análise de petições e até a gestão de dados administrativos, sempre com o objetivo de reduzir o tempo de tramitação dos casos e aumentar a eficiência.

Tem-se, ainda, o projeto para a expansão do uso de IA para os tribunais de primeira instância, sendo atualmente uma das prioridades no planejamento do Judiciário, que busca uma transformação digital abrangente em todas as suas instâncias.

O uso de IAs no Judiciário, no entanto, levanta preocupações que vão além da automação. Há desafios importantes quanto à supervisão humana sobre os resultados dessas IAs, a proteção da privacidade dos dados processados e a transparência nos algoritmos utilizados. Esses pontos são essenciais para garantir que o uso de IA no sistema judicial continue a ser seguro e imparcial. Além disso, o risco de viés algorítmico, onde as decisões automatizadas possam ser influenciadas por padrões incorretos ou distorcidos, é uma preocupação real que precisa ser monitorada de perto.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS – O HORIZONTE DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO: ALGUMAS PROJEÇÕES E PERSPECTIVAS

Como vimos, o uso da Inteligência Artificial prevê uma revolução na prática jurídica por si só, introduzindo novas formas de organização estrutural dentro dos escritórios de advocacia, obrigando os profissionais a mudarem sua forma de trabalho e abordagem diante dos desafios apresentados, bem como exigindo conhecimentos técnicos para além do âmbito jurídico.

Também apontamos que a aplicação da IA nos escritórios deve considerar os perfis das atividades desempenhadas pelos diferentes níveis hierárquicos existentes.

A inteligência artificial (IA) tem o potencial de transformar profundamente a prática jurídica, criando oportunidades e desafios que afetam advogados, clientes e o sistema de justiça como um todo. Como evidenciado ao longo deste estudo, a IA já está presente em diversos aspectos do cotidiano jurídico, desde a análise automatizada de documentos até a elaboração de minutas e pesquisa de jurisprudência. A sua adoção tem sido impulsionada pela necessidade crescente de eficiência, economia de tempo e redução de custos operacionais em escritórios de advocacia, sejam eles de grande ou pequeno porte.

No entanto, o sucesso da implementação dessas tecnologias dependerá de uma série de fatores. Primeiramente, a aceitação por parte dos advogados é um elemento crucial. A mudança cultural dentro dos escritórios de advocacia, onde o tradicionalismo é uma marca predominante, pode ser um obstáculo significativo para a adoção ampla de ferramentas de IA.

Profissionais que ainda se baseiam em métodos convencionais de trabalho precisarão reavaliar suas práticas e se abrir para a inovação tecnológica. Os advogados terão que ser não apenas especialistas em Direito, mas também capazes de utilizar e compreender as ferramentas de IA para maximizar sua produtividade e efetividade.

Além disso, a questão ética em torno da utilização da IA no Direito precisa ser cuidadosamente considerada. O uso de tecnologias que automatizam decisões jurídicas ou que auxiliam na interpretação de leis deve ser feito com total transparência e responsabilidade, garantindo que o papel humano continue a ser central em questões que envolvem o julgamento e a aplicação da lei.

A IA deve ser vista como uma ferramenta complementar, que potencializa as capacidades humanas, mas não as substitui. Assim, advogados e desenvolvedores de IA terão a tarefa de garantir que os algoritmos empregados respeitem princípios fundamentais, como a equidade e a justiça.

Outro ponto importante a ser discutido é a acessibilidade tecnológica. Escritórios de advocacia de grande porte possuem recursos e estruturas que permitem a implementação rápida e eficiente de sistemas de IA.

Os escritórios menores ou advogados autônomos, que constituem uma grande parte do mercado jurídico, também podem se beneficiar dessas tecnologias. A democratização do acesso a ferramentas de IA, por meio de soluções mais acessíveis e escaláveis, permitirá que esses profissionais possam competir de forma mais equitativa com grandes firmas.

A IA oferece a possibilidade de equalização do mercado jurídico, uma vez que permite a automação de tarefas que consomem tempo e recursos, independentemente do porte da equipe jurídica.

As projeções para o futuro indicam que a IA não se limitará às tarefas automatizadas simples. O desenvolvimento contínuo de inteligência artificial generativa (GenAI), como abordado neste trabalho, sugere que essas ferramentas poderão ser capazes de gerar argumentos complexos, prever desfechos processuais com maior precisão e até mesmo sugerir abordagens jurídicas inovadoras. Essa evolução pode transformar não apenas a prática jurídica, mas também a forma como os serviços jurídicos são comercializados e prestados aos clientes.

Por fim, é imperativo que as instituições jurídicas e reguladoras acompanhem de perto essa revolução tecnológica. A criação de um marco regulatório claro e robusto para o uso da IA no Direito é fundamental para garantir que essas ferramentas sejam utilizadas de forma responsável e ética. O papel da inteligência artificial no direito continuará a crescer nos próximos anos, mas o seu impacto final dependerá de como os profissionais e as instituições jurídicas lidarão com os desafios e as oportunidades que surgirem nesse caminho.

Em suma, o horizonte da inteligência artificial no direito é promissor, mas exige uma abordagem cuidadosa e estratégica. Se bem implementada, a IA poderá não apenas otimizar processos e reduzir custos, mas também ampliar as capacidades analíticas e estratégicas dos advogados, elevando o nível da prática jurídica a novos

patamares. Por outro lado, seu uso imprudente ou desregulado pode acarretar sérios riscos éticos e legais, que precisam ser enfrentados com rigor e cautela.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

WAISBERG, Noah; HUDEK, Alexander. **AI for Lawyers: How Artificial Intelligence is Adding Value, Amplifying Expertise, and Transforming Careers**. Hoboken, NJ: Wiley, 2021.

SUSSKIND, Richard. **Tomorrow's Lawyers: An Introduction to Your Future**. 3. ed. Oxford: Oxford University Press, 2023.

MORAIS DA ROSA, Alexandre. **A questão digital: o impacto da inteligência artificial no Direito**. Revista de Direito da Faculdade Guanambi, Guanambi, v. 6, n. 02, e259, jul./dez. 2019. doi: <https://doi.org/10.29293/rdfg.v6i02.259>. Disponível em: <http://revistas.faculdadeguanambi.edu.br/index.php/Revistadedireito/article/view/259>

HOFFMANN-RIEM, W. **BIG DATA E INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: desafios para o Direito**. REI - REVISTA ESTUDOS INSTITUCIONAIS, [S.l.], v.6, n.2, p. 431–506, 2020. DOI:10.21783/rei.v6i2.484. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/484>.

MARTINEZ, V. C.; SCHERCH, V. A. **Relações entre direito e tecnologia no século XXI**. Revista de Direito, [S.l.], v.12, n.01, p.1–23, 2020. DOI: 10.32361/202012019047. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/9047>.

HOGEMANN, E. R. O futuro do Direito e do ensino jurídico diante das novas tecnologias. **Revista Interdisciplinar do Direito - Faculdade de Direito de Valença**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. 105–115, 2018. Disponível em: <https://revistas.faa.edu.br/FDV/article/view/487>

PEIXOTO, Fabiano Hartmann; BONAT, Debora. **GPTs e Direito: impactos prováveis das IAs generativas nas atividades jurídicas brasileiras**. Sequência Estudos Jurídicos e Políticos, Florianópolis, v. 44, n. 93, p. 1–31, 2023. DOI:

10.5007/2177-7055.2023.e94238. Disponível em:
<https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/94238>

NEDEL, N. K.; CORRÊA, M. Z. **Processamentos internos criados a partir da inteligência artificial: uma análise referente ao titular da patente à luz da legislação brasileira.** Revista de Direito, [S. l.], v. 13, n. 01, p. 01–32, 2021. DOI: 10.32361/2021130111976. Disponível em:
<https://periodicos.ufv.br/revistadir/article/view/11976>

JURÍDICO SEM GRAVATA. **Tecnologia e o mundo jurídico.** [S.l.], 10 jun. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Zf8nACs0IFA&t=974s>

BOSTON CONSULTING GROUP. **Artificial Intelligence.** Disponível em:
<https://www.bcg.com/capabilities/artificial-intelligence>

KENNY, David. **The Power and Limits of AI.** Disponível em:
<https://www.bcg.com/publications/2018/power-limits-artificial-intelligence-interview-ibm-david-kenny?recommendedArticles=true>

BCG. **What CEOs Need to Know About Deep Tech.** Disponível em:
<https://www.bcg.com/publications/2022/ceos-need-to-know-about-deep-technologies>

BCG. **AI Can Transform Integrated Business Planning.** Disponível em:
<https://www.bcg.com/publications/2023/ai-driven-integrated-business-planning-platforms>.

BCG. **To Drive Innovation with GenAI, Start by Questioning Your Assumptions.** Disponível em: <https://www.bcg.com/publications/2024/driving-innovation-with-genai-and-doubt>.

BCG. **GenAI Doesn't Just Increase Productivity. It Expands Capabilities.** Disponível em: <https://www.bcg.com/publications/2024/gen-ai-increases-productivity-and-expands-capabilities>.

BCG. **Global Wealth Report 2024: The GenAI Era Unfolds**. Disponível em: <https://www.bcg.com/publications/2024/global-wealth-report-the-gen-ai-era-unfolds>. – SILVA, José Carlos.

JURÍDICO ÁGIL. **Inovação: inteligência artificial generativa no Direito**. Disponível em: <https://juridicoagil.com/inteligencia-artificial/inovacao-inteligencia-artificial-generativa-no-direito/>.

SALLES, Arleen. **Sobre a relação entre filosofia e história: uma abordagem arqueológica**. Archai [online], Brasília, n. 27, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/archai/a/bhwZsp8bfqQm4VwmnVnM93B/?lang=pt>

PUCPR. **Tipos de Inteligência Artificial**. Blog Pós Digital PUCPR, 2023. Disponível em: <https://posdigital.pucpr.br/blog/tipos-de-inteligencia-artificial#b-limitada>

JURIDCAST. **Inteligência Artificial: uma revolução nos escritórios de advocacia?** [S.l.]: [s.n.], 06 mar. 2023. Podcast (Episódio 186). Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4V7BzYdH5uQllrNcWc7jvS?si=576662f6f58e474b>

JURISCAST. **Como a IA Generativa está transformando o Direito?** Episódio 108. Spotify, 2024. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/6EZelRahTtCcQ5ejyYZFJf?si=b3d1dbfee78f4e19>

JURISCAST. **ChatGPT no jurídico: exemplos práticos pra usar hoje com Erik Fontenele Nybo**, episódio 94. Spotify, 2023. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/0MR3TeT92EhrV5awUWDMzs?si=73da63be6bab487f>.

SALVO MELHOR JUÍZO. **Inteligência Artificial no Direito**. [S.l.]: [s.n.], fev. 2018. Podcast (Episódio 61). Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/4shw1SZZy2BcbuGmo6q4I4?si=ba0f6db36a4b426>

JA PODCAST. Implementando IA Generativa em um grande escritório de advocacia – JA Podcast. Episódio 1 [podcast]. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/1QKWEKnsulDjN22tBM9Tma?si=sXiVLkoaRCKLH2F2terqyQ>.